

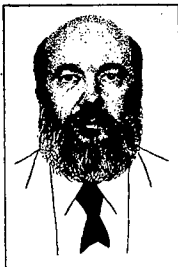
pa
com

As cidades e as terras

27 JUL 1992
ESTADO DE SÃO PAULO

CID R. B. PIMENTEL

Avenida São João quase esquina com a Ipiranga. Manhã nascente de uma segunda-feira de inverno. Do caminhão de leite estacionado para entregas escorre um filete branco-aguado que se deposita numa reentrância do meio-fio. O mendigo, passando e notando a situação, em nenhum momento hesita: abaixa-se e põe-se, de quatro, a lambear aquele líquido.



No dia seguinte, uma pesquisa é divulgada, dando conta de que o número de desempregados na Grande São Paulo ultrapassa 1,2 milhão.

No fim de semana imediatamente anterior, em volta de uma mesa de bar, algumas pessoas conversam e bebem cerveja, numa localidade do interior do Paraná, região de terras nobres, de uma coloração que foi até, para outros designios, presidencialmente avocada.

O funcionário de uma revenda de tratores reclama que não consegue vender nada: nem tratores, nem implementos. Ele põe a culpa no valor da terra, que, acha ele, é muito baixo. Os possíveis compradores preferem, assim, comprar mais um pouco de terra do que tratores e implementos para melhor trabalhar a terra que já têm.

Muito baixo, em termos, intervém um corretor de imóveis: o negócio de terras está quase parado. São muito raras as transações, explica. Geralmente pequenas e entre pequenos proprietários.

Já o termo implementos lembra a outro interlocutor o assunto Hatsuta, cujo proprietário denunciou o chamado esquema PC — entre outras coisas, conforme declarou, por não ter mais nada a perder, já que a empresa se encontra em estado de pré-insolvência. “A Hatsuta!” — na exclamação do revendedor misturam-se o espanto e a incredulidade de

quem não é muito afeito à leitura de jornais. No caso, o tal esquema, para ele, não significa muito perto do fato de uma indústria com nome japonês amargar dificuldades financeiras.

O dono de uma serraria desabafa: nos últimos tempos, a vida dele tem-se resumido em esperar a sexta-feira, depois que os bancos se fecham, para entrar no céu e preparar-se, domingo à noite, para descer ao inferno. Conta ainda que herdou aquele negócio do pai, que somente trabalhava com peroba, cedro e outras madeiras de lei. Para ele, restaram apenas os eucaliptos. Bem que tentou buscar material melhor em Rondônia, mas os custos não compensam e a competição torna o negócio quase impossível. A maior parte dos mognos, cerejeiras e angicos lá derrubada (e como são derrubados, frisa) já tem endereço certo: esses países todos que vivem aí defendendo a ecologia.

O ex-advogado, que deixou a profissão para dedicar-se à agricultura, coça a cabeça: está para lá do meio da faixa dos 40 e foi obrigado, naquele dia, a “empinar um papagaio” de três milhões para cobrir contas e

despesas urgentes. Tomando um gole de cerveja, suspira, levemente ressentido: e pensar que um colega de turma dele está se aposentando como juiz.

O agrônomo — que, além de realizar em sua propriedade os plantios normais de verão e inverno, mantém granja de frangos e confinamento de bois — confessa que está cada vez mais difícil pegar no sono. Os financiamentos têm um desenvolvimento muito mais rápido e espetacular que qualquer engorda de boi ou frango. O consolo — triste consolo, aliás — é que os proprietários maiores enfrentam situações piores, vendendo-se na contingência de se desfazer de partes de seu patrimônio.

O corretor confirma a informação e fornece outra: ele trabalha, no momento, na venda de uma área (destacada de uma maior), pertencente a um daqueles grandes proprietários; o problema é que o preço foi fixado em dólar e ele já se cansou de argumentar que “esse negócio aqui não funciona”.

Até de cheques de fora o pessoal está com medo, acrescenta o revendedor, contando que assistiu a um gerente de posto de gasolina se recusar a encher o

tanque de um automóvel, cujo dono alertou que só poderia pagar com cheque da praça de São Paulo. Ante a insistência do motorista em garantir que o cheque era “cinco estrelas”, o gerente acabou retrucando que aquilo não representava nada: o Brasil tem mais de 20 estrelas e está estourado.

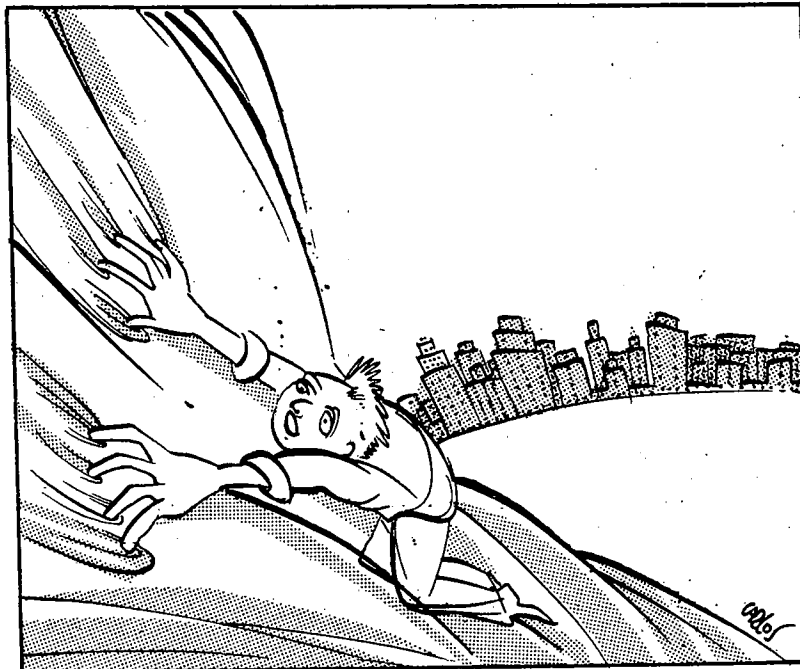
“Até onde vai isso?”, indaga o advogado.

“Pergunta para ele”, responde o dono da serraria, apontando para um robusto e corado cidadão que, do outro lado da mesa, no balcão, come um sanduíche de mortadela.

O personagem em questão é um pequeno sitiante. Ele mesmo planta e ele mesmo colhe. Seu único veículo é um velho trator. É dono, no mais, de um título singular: é o maior pegador de cobras da região. Pega qualquer uma e com a maior facilidade. Inquirido sobre isso, não só assente como diz ter duas cascáveis presas, no momento. O que faz com elas? Fornece-as para o dono de um alambique, que usa as cascáveis para preparar uma especialíssima cachaça — porque a cachaça comum, esta sim, com a crise, está vendendo como água.

Além dos aviões de carreira, há qualquer coisa no ar. Foi com esta manchete, exatamente, que o Barão de Itararé definiu, em seu semanário *A Manhã*, a situação naqueles idos de abril de 1945. Não era para menos: a 2ª Guerra, em seus momentos finais, assinalava, entre outras, no mínimo duas esperadas derrocadas: a do 3º Reich alemão e a do Estado Novo brasileiro. Muita coisa, realmente, havia no ar.

Nos dias de hoje — em que os próprios aviões enfrentam problemas em suas carreiras —, a “prospecção” do ar não é uma tarefa das mais fáceis. Abundantes, no entanto, são os indícios, como os apontados, que devem significar, possivelmente, a existência também de algumas coisas nestas nossas terras e cidades.



■ Cid R. B. Pimentel, professor e consultor, foi secretário da Administração-Geral do Ministério da Economia.